

RIZZATTO NUNES

Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (aposentado). Mestre e Doutor em Filosofia do Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Livre-docente em Direito do Consumidor pela mesma Universidade. Professor nas cadeiras de Direito do Consumidor, Introdução ao Estudo do Direito, Teoria Geral do Direito, Filosofia do Direito e Direito Processual Civil. Membro da Academia Paulista de Magistrados e da Academia Paulista de Direito.

O Código de Defesa do Consumidor e sua interpretação jurisprudencial

5ª edição
2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Daniel Pavani Naveira

Coordenação geral Clarissa Baraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Ana Paula Soares

Arte e diagramação Alda Moutinho de Azevedo

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Márcia Abreu

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Camila Artali Loureiro

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica

Acabamento Gráfica

ISBN 978-85-02-63101-4

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Nunes, Rizzatto

O Código de Defesa do Consumidor e sua interpretação
jurisprudencial / Rizzatto Nunes. — 5. ed. — São Paulo :
Saraiva, 2015.

1. Consumidores - Brasil 2. Consumidores - Leis e
legislação 3. Consumidores - Proteção - Brasil I. Título.

15-02719

CDU-34:381.6(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Código de Defesa do Consumidor

34:381.6(81)

Data de fechamento da edição: 6-8-2015

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma
sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido
pelo artigo 184 do Código Penal.

100.800.005.001

969306

ÍNDICE GERAL

<i>Principais obras do Autor</i>	5
<i>Abreviaturas</i>	11
<i>Apresentação da 1ª edição</i>	31
Capítulo 1 — Contrato: cláusula abusiva	33
Decisão 1.1. Plano de saúde — Novo prazo de carência	33
Decisão 1.2. Multa superior a 10%	38
Decisão 1.3. Mutuário — Inadimplência — Negativação ...	41
Decisão 1.4. Compromisso de compra e venda — Revisional	43
Decisão 1.5. Compromisso de compra e venda — Distrato que fixou a perda das quantias pagas	47
Decisão 1.6. Compromisso de compra e venda — Foro de eleição — Competência	54
Decisão 1.7. Cláusula — Perda das prestações pagas	56
Decisão 1.8. Rescisão contratual — Cláusula penal: onero- sidade excessiva	61
Decisão 1.9. Interpretação de cláusula a favor do aderente .	68
Decisão 1.10. Distrato — Compromisso de compra e venda — Perda das quantias pagas	71
Decisão 1.11. Cláusula obscura — Limitação territorial em contrato de assistência médico-hospitalar	73
Decisão 1.12. Escola — Matrícula — Desistência e restitui- ção do valor	76

Decisão 1.13. Composição amigável — Cláusula abusiva — Nulidade declarada de ofício	83
Capítulo 2 — Contrato de compra e venda de imóvel.....	86
Decisão 2.1. Cláusula resolutória que não prevê alternativa em favor do consumidor-comprador ou possibilidade de reembolso das parcelas pagas — Nulidade	86
Decisão 2.2. Obra entregue no prazo — Comprador constituído em mora — Perda total das quantias pagas — Legalidade	101
Decisão 2.3. Imóvel em construção — Comprador não imitado na posse — Restituição das parcelas pagas deferida .	105
Decisão 2.4. Rescisão contratual — Devida a devolução das quantias pagas — Abatimento dos gastos com corretagem	109
Decisão 2.5. Rescisão cumulada com devolução das quantias pagas — Teoria da imprevisão não aplicável ao caso ..	113
Decisão 2.6. Cláusula de decaimento — Nulidade, apesar de não se aceitar a irretroatividade do CDC	115
Decisão 2.7. Comprador que não tem como pagar prestações pode requerer rescisão do pacto e receber de volta as importâncias pagas — Dedução de 10% do valor total pago (CC 1916, art. 924)	119
Decisão 2.8. Devolução das parcelas pagas, que pode ser fixada pelo Juiz com base na contestação, independentemente de apresentação de reconvenção	127
Decisão 2.9. Cláusula que fixa perda das parcelas pagas — Nulidade, apesar de firmado o contrato antes do advento do CDC	133
Capítulo 3 — Compra e venda — geral e via web/internet...	136
Decisão 3.1. Vício não sanado em 30 dias — Direito à restituição da quantia paga, atualizada sem prejuízo de perdas e danos	136
Decisão 3.2. Erro do preço no orçamento — Responsabilidade do fornecedor, que não pode se favorecer com a prófalha	139

Decisão 3.3. Aquecedor portátil, de uso variado, fabricado sem a segurança própria a essa finalidade e que por isso causa incêndio — Responsabilidade da revendedora e do fabricante	144
Decisão 3.4. Compra e venda pela internet. Inadimplemento — Não entrega do produto — Intermediação: responsabilidade da prestadora de serviço que fez a intermediação...	149
Decisão 3.5. Site de compras coletivas — Responsabilidade solidária da administradora do site de compras coletivas pela não prestação do serviço contratado	152
Decisão 3.6. Anúncio via internet — Não entrega da mercadoria — Compra e venda feita diretamente entre usuário e anunciante — Inexistência de responsabilidade do provedor do espaço virtual.....	156
Capítulo 4 — Sistema financeiro.....	161
Decisão 4.1. Contrato contendo cláusula abusiva por fixar a equivalência salarial e ao mesmo tempo a correção monetária das prestações por índices diferentes da variação salarial	161
Decisão 4.2. Contrato de mútuo e de crédito rotativo — Juros que constituem o “preço” do serviço e do protesto — Cláusula que prevê alteração unilateral do percentual de juros fixado é nula e pode ser reconhecida de ofício	166
Decisão 4.3. Cláusula penal em contrato bancário antes da modificação do art. 52, § 1º, do CDC	174
Decisão 4.4. Emissão de nota promissória por representante do credor mediante cláusula impressa em contrato de adesão — Nulidade	174
Decisão 4.5. Sistema Financeiro da Habitação — Contrato posterior à Lei 8.177/91: cabimento da TR — Tabela <i>Price</i> : descabimento porque é capitalizada — Juros de 10% a.a. — Abatimento das prestações antes da correção do saldo devedor.....	178

Decisão 4.6. Conta corrente encerrada — Cobrança indevida de encargos bancários — Dano moral caracterizado	187
Decisão 4.7. Caderneta de poupança — Cobrança de diferenças — Determinação de exibição dos extratos da conta pelo banco: admissibilidade.....	191
Decisão 4.8. Cobrança de tarifa por liquidação antecipada nos contratos de entrega de crédito e de concessão de financiamento: inadmissibilidade — Devolução dos valores indevidamente cobrados de forma irregular.....	194
Decisão 4.9. Cooperativas de crédito são equiparadas às instituições financeiras — Juros remuneratórios devem ser previamente informados ao consumidor — Se não forem, incide a taxa média de mercado divulgada pelo Bacen	202
Decisão 4.10. Capitalização: Admissibilidade — Comissão de permanência: cobrança legítima — Repetição de indébito de forma simples	212
Capítulo 5 — Cartão de crédito.....	218
Decisão 5.1. Uso de cartão de crédito — Cobrança postulada — Carência da ação	218
Decisão 5.2. Cartão de crédito — Ausência de elementos hábeis à determinação do <i>quantum debeatur</i>	220
Decisão 5.3. Cartão de crédito — Ré que na época da contratação não era instituição financeira — Cobrança de juros acima de 12% ao ano afastada: não comprovada a captação via cláusula-mandato	220
Decisão 5.4. Cartão de crédito — Capitalização: admissibilidade — Repetição de indébito de forma simples quando não existe dolo	223
Decisão 5.5. Cartão de crédito — Administradora que deve ser reputada como instituição financeira — Juros remuneratórios livres, desde que previamente informados. Caso contrário, aplica-se a taxa média de mercado divulgada pelo Bacen	231

Capítulo 6 — Seguro	243
Decisão 6.1. Contrato de seguro de vida — Último pagamento feito com atraso — Circunstância que não pode suspender os efeitos do pacto até o mês subsequente — Cláusula nula	243
Decisão 6.2. Contrato de seguro — Interpretação — Alegação de má-fé do segurado — Ônus da prova da seguradora	247
Decisão 6.3. Despesas médico-hospitalares — Ação procedente contra o consumidor e contra a seguradora-denunciada — Declarada nula a cláusula contratual de exigência de carência de 18 meses	251
Decisão 6.4. Seguro — Furto de veículo — Contrato que prevê pagamento sem correção monetária — Inadmissibilidade	254
Decisão 6.5. Seguro — Alegação de ocorrência de furto simples, não coberto pelo contrato — Divergência de interpretação	257
Decisão 6.6. Seguro — Furto de veículo — Contrato que prevê pagamento sem correção monetária — Inadmissibilidade	262
Decisão 6.7. Seguro — Furto — Clara disposição quanto à cobertura — Limitações, no entanto, que praticamente a eliminam — Nulidade	264
Decisão 6.8. Sinistro — Pretensão de cancelamento do contrato em razão de o condutor não estar habilitado na categoria “E”, mas “C”, exigida para condução de caminhão de grande porte — Abusividade da seguradora	268
Decisão 6.9. DPVAT — Dano moral — Seguro obrigatório — Pagamento a menor, impondo condição vexatória ao beneficiário — Cabimento da complementação do valor devido e condenação a indenização por danos morais	269
Capítulo 7 — Serviço de Proteção ao Crédito	271
Decisão 7.1. Prazo máximo da anotação: 5 anos ou o relativo à prescrição da ação de cobrança	271

Decisão 7.2. Prazo máximo da anotação: 5 anos ou o relativo à prescrição da ação de cobrança	271
Decisão 7.3. Anotação indevida se a dívida está sendo discutida em juízo, com penhora garantindo a execução e embargos opostos	275
Decisão 7.4. Indeferimento de ofício judicial para registrar que o devedor não cumpre sentença transitada em julgado	281
Decisão 7.5. Para se fazer negativação legítima, a dívida deve ser líquida, certa e inadimplência inconteste — Com oposição do devedor, a anotação é ilegítima — Liminar de impedimento de anotação mantida	282
Decisão 7.6. Fiaidores em contrato bancário — Decisão que condicionou impedimento de negativação ao depósito do valor discutido: inadmissibilidade	284
Capítulo 8 — <i>Leasing</i> /Arrendamento mercantil	288
Decisão 8.1. Rompimento do contrato de <i>leasing</i> de copiadora, por culpa da locatária — Interpretação do contrato	288
Decisão 8.2. Características do contrato de <i>leasing</i>	292
Decisão 8.3. Inadimplemento do arrendatário — Reintegração de posse cumulada com indenização por perdas e danos referentes às prestações vencidas — Inadmissibilidade — Necessidade de o arrendante optar por uma das vias ..	293
Decisão 8.4. Cabível ação consignatória para discutir índice de reajuste	299
Capítulo 9 — Consórcio	303
Decisão 9.1. Veículo — Prestações pagas — Prazo de entrega vencido — Cobrança de atualização do preço do bem — Inadmissibilidade	303
Decisão 9.2. Desistência — Direito ao recebimento da restituição do valor pago com atualização monetária	305
Decisão 9.3. Foro de eleição — Abusividade no caso concreto	307

Decisão 9.4. Desistência — Direito ao recebimento da restituição do valor pago com atualização monetária	308
Decisão 9.5. Desistência — Direito ao recebimento da restituição do valor pago com atualização monetária	309
Decisão 9.6. Desistência pelo consorciado — Viabilidade, desde que não contemplado — Direito à devolução imediata das quantias pagas acrescidas de correção monetária	312
Decisão 9.7. Desistência — Direito ao recebimento da restituição do valor pago com atualização monetária	315
Decisão 9.8. Desistência — Direito ao recebimento da restituição do valor pago com atualização monetária	317
Capítulo 10 — Transporte de passageiros e bagagens.....	320
Decisão 10.1. Via rodoviária — Extravio de bagagem — Transportadora deve indenizar passageiro, pois se obriga a garantir a segurança do bem	320
Decisão 10.2. Transporte aéreo — Extravio de mercadoria — Expedidor tem o dever de fazer declaração especial de interesse e pagar taxa suplementar	324
Decisão 10.3. Transporte aéreo — Extravio de mercadoria — Expedidor tem o dever de fazer declaração especial de interesse e pagar taxa suplementar	329
Decisão 10.4. Transporte ferroviário — Responde a ferrovia pelos danos causados a passageiro atingido por arma de fogo	331
Decisão 10.5. Transporte de mercadorias — Cobrança ilegal de “taxas” incluídas na proposta que vale como orçamento — Cobrança também de ilegal índice de juros de mora de 4% ao mês.....	335
Capítulo 11 — Defeito/Vício.....	337
Decisão 11.1. Vício redibitório em veículo — Valor do conserto é de responsabilidade do réu, que tinha o ônus de provar que os fatos narrados na inicial não eram verídicos	337

Decisão 11.2. Vício oculto — Perícia técnica — Culpa concorrente — Exame das possibilidades	342
Decisão 11.3. Piscina — Orientação técnica — Vício por falha da informação — Responsabilidade do fornecedor .	349
Decisão 11.4. Alienação de veículo — Vício oculto — Reembolso de despesas	355
Decisão 11.5. Vício no produto não sanado no prazo de 30 dias — Direito à restituição da quantia paga, em valores corrigidos, sem prejuízo de eventuais perdas e danos	356
Decisão 11.6. Prestação de serviços de reparo em veículo — Responsabilidade objetiva do prestador do serviço	357
Decisão 11.7. Vício redibitório em aquisição de mercadoria por comerciante — Não aplicação do CDC	357
Decisão 11.8. Serviço defeituoso de reparo mecânico em veículo — Sustação do cheque e pedido de indenização: viabilidade processual.....	358
Capítulo 12 — Publicidade enganosa e abusiva/Informação adequada	361
Decisão 12.1. Anunciante é obrigado a indenizar o consumidor ou a cumprir a oferta se anuncia produto com preço inferior ao praticado na loja	361
Decisão 12.2. Publicidade comparativa inaceitável por denegrir imagem da concorrente junto ao público consumidor	364
Decisão 12.3. Alegação de publicidade enganosa feita por agência de turismo a respeito de serviços de hotelaria — Exame das provas que não demonstra sua existência	370
Decisão 12.4. Não exposição de preços nas mercadorias expostas na vitrine — Ilegalidade	374
Decisão 12.5. Nota fiscal: necessidade de especificação correta com características de cada produto vendido	376
Capítulo 13 — Fiança (como serviço).....	381
Decisão 13.1. Pretensão do fiador em se desonerar da res-	

ponsabilidade por falta de notificação do inadimplemento do afiançado — Inadmissibilidade	381
Capítulo 14 — Locação	386
Decisão 14.1. Retenção ou indenização por benfeitorias — Validade da cláusula de renúncia, eis que não aplicável o CDC	386
Capítulo 15 — Responsabilidade civil.....	391
Decisão 15.1. Furto de veículo em estacionamento particular — Mensalista — Responsabilidade objetiva do estabelecimento	391
Decisão 15.2. Retífica de motor que veio a fundir — Responsabilidade do prestador do serviço de provar que a culpa pelo defeito fora do usuário — Indenização cabível	392
Decisão 15.3. Dano causado em veículo após serviço de lavagem — Responsabilidade objetiva do prestador do serviço	394
Decisão 15.4. Transporte aéreo internacional — Atraso de 8 horas no voo — Direito à indenização	397
Decisão 15.5. Furto de veículo em estacionamento explorado comercialmente — Responsabilidade do estabelecimento por indenizar o consumidor	401
Decisão 15.6. Erro médico — Cirurgia plástica malsucedida — Culpa do médico caracterizada — Indenização devida	404
Decisão 15.7. Dano sofrido por curto-circuito na rede de energia elétrica — Indenização devida — Quitação dada em recibo que vale apenas pela importância nele consignada	409
Capítulo 16 — Decadência e prescrição.....	412
Decisão 16.1. Veículo com vício — Pedido de restituição do preço cumulado com perdas e danos, dentro do prazo de 90 dias — Decadência inocorrente	412

Decisão 16.2. Má prestação de serviço de hospedagem — Prazo para reclamar de 30 dias	415
Decisão 16.3. Vício oculto em veículo — Prazo que tem início a partir do momento em que ficou evidenciado o vício	418
Capítulo 17 — Desconsideração da personalidade jurídica ...	422
Decisão 17.1. Empresa sucessora — Responsabilidade solidária	422
Capítulo 18 — Retroatividade	424
Decisão 18.1. Rescisão de compromisso de compra e venda firmado antes da edição do CDC, o que gera sua inaplicabilidade	424
Decisão 18.2. Compromisso de compra e venda firmado antes da edição do CDC — Vício redibitório — Prescrição — Aplicação do CC e não do CDC	427
Decisão 18.3. Compromisso de compra e venda — Rescisão — Inadimplemento — Perda do sinal e princípio de pagamento — Inaplicabilidade do CDC por ser posterior ao contrato	431
Decisão 18.4. Compromisso de compra e venda firmado antes da edição do CDC, o que gera sua inaplicabilidade	433
Decisão 18.5. Compromisso de compra e venda firmado antes da edição do CDC, o que gera sua inaplicabilidade	438
Decisão 18.6. Compromisso de compra e venda firmado antes da edição do CDC, o que gera sua inaplicabilidade	441
Capítulo 19 — Serviços públicos	444
Decisão 19.1. Serviço de água e esgoto cobrado em valores exorbitantes — Abusividade — Segurança <i>concedida</i>	444
Decisão 19.2. Nota fiscal de consumo de água — Discriminação de valores — Exigibilidade	447
Decisão 19.3. Direito de cobrar pelo uso de água, esgoto, energia elétrica etc. não se estende ao proprietário do imóvel — A dívida é do usuário e dele deve ser cobrada	447

Decisão 19.4. Pessoa jurídica é consumidora de energia elétrica — Alegação de suposto consumo irregular — Irrelevante — Corte de energia abusivo — Tutela antecipada deferida para restabelecer serviço	449
Decisão 19.5. Atraso no pagamento — Corte do serviço de telefonia abusivo — Recurso provido para restabelecer serviço	453
Decisão 19.6. Fornecimento de energia elétrica — Cobrança de valor retroativo apurado unilateralmente pela fornecedora por suposta fraude — Impossibilidade de interrupção do serviço	455
Capítulo 20 — Ônus da prova e sua inversão	460
Decisão 20.1. Má prestação de serviços médicos — Ônus da prova da demonstração da culpa do médico que cabe ao consumidor	460
Decisão 20.2. Publicidade enganosa — Incorporação imobiliária — Consumidor, pessoa instruída — Irrelevância — Inversão do ônus da prova deferida	471
Decisão 20.3. Suficiência da verossimilhança do alegado para transferir ao prestador de serviços o encargo probatório ..	477
Decisão 20.4. Ação de obrigação de fazer — Inversão do ônus da prova deferida em função da existência de verossimilhança nas alegações do consumidor-autor	482
Decisão 20.5. Critério do Juiz determinar a inversão do ônus da prova quando reputar verossímil a alegação deduzida .	484
Decisão 20.6. Consumidor-autor induzido em erro por meio de promessa verbal não cumprida — Verossimilhança da alegação que leva à inversão do ônus da prova	487
Decisão 20.7. Alegação do consumidor-autor de ter sido induzido em erro por agressiva estratégia de <i>marketing</i> — Inversão do ônus da prova deferida	491
Decisão 20.8. Prestação de serviços médicos e hospitalares — Hipossuficiência do consumidor — Inversão do ônus da prova deferida	495

Decisão 20.9. Revisional de contrato bancário — Inversão do ônus da prova, cabendo ao Banco o pagamento das despesas periciais — Honorários do assistente-técnico da autora, no entanto, ficam a seu cargo até julgamento final, quando pode ser reembolsada	498
Decisão 20.10. Inversão do ônus da prova e do pagamento das despesas com perito determinada de ofício	503
Decisão 20.11. Ação monitória proposta por banco credor — Contrato de abertura de crédito em conta-corrente — Ônus da prova do autor (CPC, art. 333, I) — Irrelevante a prova ter sido requerida pelo réu	507
Capítulo 21 — Antecipação da tutela/Concessão de liminar ..	511
Decisão 21.1. Promessa de compra e venda de unidade imobiliária em construção com financiamento — Liminar deferida para imitar consumidor-autor na posse do apartamento adquirido	511
Decisão 21.2. Protesto de cambial emitido por procurador do mutuário vinculado ao mutuante — Abusividade — Antecipação de tutela concedida	513
Decisão 21.3. Exibição de documentos — Extratos de movimentação de conta-corrente — Cliente que não mais dispõe dos documentos: obrigação do banco de sua guarda e entrega — Liminar de antecipação de tutela concedida com fixação de multa — Medida cautelar satisfativa: cabimento.....	515
Capítulo 22 — Denúnciação da lide	518
Decisão 22.1. Ação de reparação de danos proposta pelo consumidor — Não cabimento da denúnciação da lide	518
Decisão 22.2. Não cabimento da denúnciação da lide, sendo irrelevante que a ação tenha sido proposta contra Banco	521
Capítulo 23 — Competência.....	524
Decisão 23.1. Foro de eleição — Admissibilidade do ajuizamento da ação no foro do domicílio do mutuário — Abu-	

sividade da cláusula que elegia o foro do local da sede da instituição bancária	524
Decisão 23.2. Ação de indenização — Competência do foro do local do domicílio do consumidor-autor	526
Decisão 23.3. Foro de eleição em contrato de adesão cuja cláusula é abusiva — Decisão de ofício declinando da competência — Validade, pois não se trata de reconhecimento de incompetência relativa, mas de declaração da nulidade da cláusula do foro de eleição, remetendo-se os autos ao foro do domicílio do consumidor	529
Decisão 23.4. Exceção de incompetência acolhida para remeter os autos ao foro do domicílio do consumidor, declarando-se nula a cláusula de eleição de foro diverso daquele	533
Decisão 23.5. Cláusula de foro de eleição — Validade ou invalidade deve ser examinada no caso concreto	535
Decisão 23.6. Ação civil pública — Ressalvados os casos de competência da Justiça Federal, a competência para processar e julgar ação civil pública com base no CDC é da Justiça Comum	535
Decisão 23.7. Competência do Juízo do local do domicílio do autor-consumidor — Prestação de serviços inadequados — Irrelevância de se tratar de responsabilidade subjetiva ou objetiva.....	536
Decisão 23.8. Cobrança de tarifa por liquidação antecipada nos contratos de outorga de crédito e concessão de financiamento — Ato abusivo e ilegal — Repetição de indébito de forma simples	539
Capítulo 24 — Crime de cobrança abusiva.....	549
Decisão 24.1. A comunicação ao Serviço de Proteção ao Crédito do nome do consumidor inadimplente não caracteriza o crime de cobrança abusiva do art. 71 do CDC	549
Decisão 24.2. Lista com nomes de fregueses devedores — Exposição ao ridículo — Atipicidade, pois afixada antes da entrada em vigor do CDC	553

Capítulo 25 — Crime de oferta enganosa.....	558
Decisão 25.1. O tipo do art. 66 do CDC é doloso e por isso exige demonstração cabal da intenção consciente e vontade de oferecer no mercado produtos ou serviços diferentes de suas reais características ou finalidades	558
Decisão 25.2. Crime caracterizado — Agente que adquire vidros de palmito sem rótulos, sem exigir a guia florestal do vendedor e sem possuir licença para armazená-los e vendê-los	561
Decisão 25.3. Anúncios falsos com afirmação enganosa relativa à validade legal dos diplomas conferidos em cursos via postal — Crime contra a economia popular e o delito tipificado no art. 66 do CDC	565
Capítulo 26 — Crime contra as relações de consumo	574
Decisão 26.1. Não há crime se o produto apreendido, mesmo que avariado, não se qualifica como impróprio ao consumo nem nocivo à saúde — Irrelevante também, no caso, a omissão da data de fabricação e de validade do produto	574
Decisão 26.2. Mercadoria perecível — Prazo de validade vencido — Demora na realização do exame pericial que exclui a responsabilidade do comerciante	577
Decisão 26.3. Açogue — Diferença de peso — Se o freguês exige, após a pesagem, que o açougueiro retire a gordura que envolve a alcatra, deve pagar o preço correspondente ao peso inicial, pois a substância adiposa faz parte daquela	578
Decisão 26.4. Agente flagrado expondo à venda produto em desacordo com as prescrições legais, sendo irrelevante o fato de a carne moída apreendida e periciada apresentar-se própria para o consumo	580
Decisão 26.5. Exposição de produto impróprio para o consumo — Crime culposo	582
Decisão 26.6. Agente que se negue a vender combustível, à vista de iminente aumento de seu preço — Crime caracterizado	585

Decisão 26.7. Prazo de validade do produto vencido — Tipificação ainda que o produto se mostre adequado ao consumo	587
Decisão 26.8. Crime caracterizado — Agente que vende determinada droga em lugar de outra, transferindo o líquido de um frasco para outro	588
Capítulo 27 — Crime de ágio	592
Decisão 27.1. Exigência de pagamento de valor além do preço constante da nota fiscal — Cobrança “por fora” quando vigorava o sistema de controle de preços	592
Decisão 27.2. Cobrança de ágio — Inexigibilidade de conduta diversa — Inadmissibilidade — Crime caracterizado	599
Decisão 27.3. Aquisição de motocicleta — Cobrança de ágio após o negócio ter sido realizado — Delito não tipificado	602
Decisão 27.4. O fato de o comerciante cobrar um valor maior pelo produto, no caso do pagamento com cartão de crédito, é penalmente atípico, vez que tal diferença de preço não pode ser considerada como ágio	605
Capítulo 28 — Crime contra a economia popular	609
Decisão 28.1. Recusa de venda de mercadoria de primeira necessidade, constatada a existência de estoque — Crime caracterizado	609
Decisão 28.2. Venda de óleo lubrificante por preço superior ao tabelado — Crime configurado	613
Decisão 28.3. Sonegação de nota fiscal — Crime configurado	617
Decisão 28.4. Ausência de discriminação dos produtos vendidos na nota fiscal — Fato atípico	620
Decisão 28.5. Venda de produto por preço acima da tabela — Crime configurado	621
Decisão 28.6. Congelamento de preços — Não constitui crime contra a economia popular a desobediência ao conge-	

lamenteo geral de preços — Sem o tabelamento não se configura o delito penal	623
Decisão 28.7. Exposio  venda de produto com peso abaixo do descrito na embalagem — Responsabilidade do fabricante e não do comerciante	624
Decisão 28.8. Tabelamento de preços — Competência da Justiça Comum — Mero erro de etiquetagem não gera o crime, que, aliás, exige dolo — Abuso de autoridade caracterizado — <i>Habeas corpus</i> concedido	626
Capítulo 29 — Ao civil pública/Ao coletiva/Legitimidade <i>ad causam</i> /Direitos individuais homogneos, coletivos e difusos.....	630
Decisão 29.1. Edital do art. 94 do CDC — Necessidade de publicao	630
Decisão 29.2. Legitimidade — Tem legitimidade para propor ao coletiva a associao constituída para o fim de defender interesses de determinados consorciados	632
Decisão 29.3. Liminar para impedir divulgao de informao es desabonadoras de consumidores, referentes a perıodo superior a 5 anos, em cadastro de serviços de proteo ao crédito	637
Decisão 29.4. Legitimidade — Tem a Associao (IDEC) legitimidade para propor ao coletiva em benefıcio dos associados, visando receber diferença de correo monetária expurgada por plano econmico	638
Decisão 29.5. Condomınio — O interesse coletivo de condomınio não se confunde com o interesse coletivo previsto no CDC	641
Decisão 29.6. O Ministério Público não tem legitimidade para defender “contribuinte” em ao civil pública	643
Capítulo 30 — Ao direta de inconstitucionalidade	653
Decisão 30.1. A ao direta de inconstitucionalidade serve para discutir inconstitucionalidade e não como, <i>in casu</i> , tıpica questão de ilegalidade	653

Capítulo 31 — Execução extrajudicial	663
Decisão 31.1. Decreto-Lei n. 70/66, arts. 30, <i>in fine</i> , e 31 a 38 são inconstitucionais — Tutela antecipada deferida para impedir execução extrajudicial e também a negativação nos serviços de proteção ao crédito	663
Capítulo 32 — Prestação de contas	667
Decisão 32.1. Extrato de conta-corrente bancária com lançamentos sintéticos e sem o devido histórico e justificativa não representa a prestação de contas a que tem direito o mutuário — Os débitos devem ser demonstrados de forma mercantil — Ação de prestação de contas cabível	667
Capítulo 33 — Juizado Especial	670
Decisão 33.1. Opção de ingresso no Juizado Especial a critério do autor — Doutrina e jurisprudência	670
<i>Índice das decisões por artigos do Código de Defesa do Consumidor</i>	677
<i>Índice das decisões por artigos de outras normas jurídicas e de súmulas do STF e STJ</i>	681
<i>Índice das decisões por assunto</i>	687